



Sumário

PARTE I

INTRODUÇÃO.....	41
1. Definição.....	41
2. Denominações.....	42
3. Funções do Direito Penal.....	42
4. Caracteres do Direito Penal.....	43
5. O Método Técnico-Jurídico.....	45
6. Divisões do Direito Penal.....	46
7. Direito Penal Objetivo e Subjetivo	46
8. Direito Penal Material e Formal	47
ESCOLAS PENAIS.....	49
1. Introdução	49
2. Escola clássica.....	51
3. Escola positiva	53
4. Paralelo entre a Escola Clássica e a Escola Positiva.....	57
5. Escolas ecléticas	57
VELOCIDADES DO DIREITO PENAL.....	61
DIREITO PENAL DE QUARTA VELOCIDADE.....	63
DIREITO PENAL DO INIMIGO	65
1. Introdução	65
2. Conceito	66
3. Fundamento	67
4. Fins do direito penal do inimigo.....	68
5. Características	68
6. O direito penal do inimigo no Brasil.....	69
DIREITO PENAL QUE CONTRASTA COM O SISTEMA PENAL.....	71
1. Sistema Penal	71
2. Direito Penal Subterrâneo	71
3. Direito Penal Paralelo	72

FONTES DO DIREITO PENAL	73
1. Conceito	73
2. Fontes materiais	73
3. Fontes formais.....	73
3.1. Fontes formais mediatas	74
3.1.1. Costume	74
3.1.2. Princípios gerais do direito.....	75
3.1.3. Ato administrativo.....	75
3.1.4. Doutrina, jurisprudência e tratados.....	75
3.1.5. Precedente judicial	76
LEI PENAL.....	85
1. Introdução	85
2. Classificação das leis penais	86
3. Características	86
4. Destinatários da lei penal.....	87
5. Lei penal em branco	87
INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL.....	91
1. Conceito e objeto	91
2. Interpretação quanto ao sujeito.....	91
3. Interpretação quanto aos métodos.....	92
4. Interpretação quanto ao resultado	93
5. O princípio “in dubio pro reo”	93
6. Interpretação progressiva.....	94
7. Interpretação analógica ou “intra legem”	94
8. Distinção entre analogia, interpretação extensiva e interpretação analógica	94
ANALOGIA.....	97
1. Integração do ordenamento jurídico.....	97
2. Conceito e fundamento.....	97
3. Espécies de analogia	98
EQUIDADE	101
1. Introdução	101
2. A Equidade na Elaboração das Leis	102
3. A Equidade e a Aplicação do Direito	102
4. A Equidade na Interpretação das Leis	103
5. A Justiça Alternativa	104
PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL	105
1. Considerações preliminares	105
2. Exceções e Reações ao Princípio da Reserva Legal	106
3. Fundamento político	106
4. Fundamento jurídico. Princípio da Taxatividade	107

5. O princípio da reserva legal e o tipo aberto.....	107
6. O princípio da reserva legal e a norma penal em branco	108
7. O princípio da reserva legal e as contravenções penais.....	109
8. O princípio da reserva legal e as penas.....	109
9. O princípio da reserva legal e o princípio da legalidade	110
10. O princípio da reserva legal e as medidas de segurança	110
11. O princípio da reserva legal e as espécies normativas.....	111
12. O princípio da reserva legal e as normas penais não incriminadoras.....	112
13. Princípio da reserva legal e o mandado de criminalização	112
PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE.....	113
A LEI PENAL NO TEMPO	115
1. Nascimento, Executoriedade e Obrigatoriedade da lei Penal.....	115
2. Revogação da lei penal.....	116
3. Conflitos de leis penais no tempo	117
4. Princípio da continuidade normativa ou continuidade normativo-típica	118
5. Lei benigna	119
6. Combinação de leis	119
7. “Novatio legis” incriminadora e “novatio legis in pejus”	120
LEI TEMPORÁRIA OU EXCEPCIONAL.....	123
1. Considerações gerais	123
2. As normas penais em branco e o direito intertemporal	124
TEMPO DO CRIME	127
1. Considerações gerais	127
2. Efeitos.....	128
LEI PENAL NO ESPAÇO.....	129
1. Direito penal internacional e direito internacional penal. Princípios.....	129
2. Princípio da territorialidade	131
3. Princípio da personalidade (ou da nacionalidade) e princípio do domicílio.....	131
4. Princípio da defesa	132
5. Princípio da justiça penal universal.....	132
6. Princípio da representação.....	133
7. Conceito de território.....	133
8. Lugar do crime (“locus delicti”).....	135
9. Extraterritorialidade (art. 7º do CP)	137
9.1. Extraterritorialidade incondicionada.....	137
9.2. Extraterritorialidade condicionada.....	138
10. “Non bis in idem”	141
11. Coisa julgada da sentença penal estrangeira	142
12. Homologação da sentença penal estrangeira	143

LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS	147
1. Considerações iniciais.....	147
2. Imunidades diplomáticas e chefes de governo estrangeiro.....	147
3. Imunidades parlamentares.....	149
3.1. Espécies.....	149
3.2. Imunidades absolutas	150
3.3. Imunidades relativas	151
3.4. Imunidades de deputados estaduais	152
3.5. Imunidades dos vereadores	153
4. Imunidades do Presidente da República e de Governadores de Estado.....	153
5. Extradicação	155
6. Expulsão	159
7. Deportação.....	160
DISPOSIÇÕES FINAIS DO TÍTULO I	161
1. Contagem do prazo	161
2. Fração não computável da pena	162
3. Legislação especial	163

PARTE II

TEORIA GERAL DO CRIME	167
1. Crime, delito e contravenção	167
2. A infração penal na teoria geral do direito	168
3. Ilícito penal e ilícito extrapenal (civil, administrativo e disciplinar)	168
4. Conceito de crime	169
5. Conceito formal.....	169
6. Conceito material	170
7. Conceito analítico.....	171
8. Teoria sintomática do crime.....	172
9. Teoria bipartida	172
OBJETO DO CRIME.....	175
1. Espécies	175
1.1. Objeto jurídico.....	175
1.2. Objeto material do crime	176
SUJEITO ATIVO DO CRIME	179
1. Conceito	179
2. Designações.....	179
3. Capacidade penal ativa	180
4. Imputabilidade e capacidade	180
5. Responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	180

SUJEITO PASSIVO DO CRIME	185
1. Conceito e designações	185
2. Prejudicado pelo crime	186
3. Sujeito passivo e objeto material	186
CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES	187
1. Crimes materiais, formais e de mera conduta	187
2. Crimes de dano e de perigo	187
3. Delitos instantâneos, permanentes e a prazo	188
4. Crimes comissivos e omissivos	189
5. Crimes comuns, próprios e de mão própria	190
6. Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos	190
7. Crimes de subjetividade passiva única e de dupla subjetividade passiva	191
8. Crimes simples e complexos	191
9. Crimes mono-ofensivos e pluriofensivos	191
10. Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes	191
11. Crimes de forma livre e de forma vinculada	192
12. Crimes principais e acessórios	192
13. Crimes conexos e independentes	192
14. Crimes à distância, plurilocais e em trânsito	194
15. Crimes transeuntes e não transeuntes	194
16. Outros delitos	195
FATO TÍPICO	199
1. Conceito e caracteres	199
CONDUTA	201
1. Ideias gerais	201
2. Teoria naturalística	202
3. Teoria finalista	203
4. Teoria social da conduta	204
5. Teoria jurídico-penal da conduta	205
6. Características da conduta	206
7. Elementos da conduta	207
8. Ausência de conduta	207
9. Formas de conduta	209
9.1. Ação	209
9.2. Omissão	210
9.2.1. Omissivos próprios	210
9.2.2. Omissivos impróprios	211
9.2.2.1. O dever jurídico de agir	212
9.2.2.2. O poder de agir	214
RESULTADO	217
1. Noções gerais	217

2.	Resultado normativo ou jurídico	217
3.	Resultado naturalístico	218
4.	O resultado nos crimes de perigo	220
DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE		221
1.	Introdução	221
2.	Teorias	222
3.	Teoria adotada.....	223
4.	Exceção à teoria da “condictio sine qua non”	224
5.	Causalidade das omissões	226
FUNCIONALISMO PENAL		229
1.	Conceito, espécies e objetivos	229
2.	Funcionalismo moderado ou sistema racional-final ou racional-teleológico	229
3.	Funcionalismo radical ou sistêmico ou jurídico penal.....	232
4.	Diferenças entre os funcionalismos de Jakobs e Roxin	233
TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA.....		237
RESUMO DA TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA		245
TEORIA DA TIPICIDADE		249
1.	Introdução	249
2.	Evolução Doutrinária	249
3.	Tipicidade e Antijuridicidade.....	252
4.	Ausência de Tipicidade.....	252
5.	Adequação Típica	252
6.	Distinção entre tipicidade e adequação típica	254
TEORIA DO TIPO		255
1.	Introdução	255
2.	Tipo Legal	255
3.	Funções do Tipo Legal	256
4.	Elementos do Tipo Legal	256
5.	Elementos Especiais do Tipo	258
6.	Tipo Normal e Tipo Anormal.....	258
7.	Tipo fundamental e tipo derivado.....	259
8.	Tipo Fechado e Tipo Aberto	259
9.	Tipo Simples e Tipo Misto	259
10.	Tipo congruente e tipo incongruente.....	260
CONFLITO APARENTE DE NORMAS.....		261
1.	Introdução	261
2.	Conceito. Requisitos. Princípios	261
3.	Princípio da Especialidade.....	262
4.	Princípio da subsidiariedade	263

5. Princípio da consunção	264
6. Crime conexo.....	267
7. Princípio da alternatividade	268
DOLO	271
1. Introdução	271
2. Teorias do Dolo.....	272
3. Conceito de Dolo	272
4. Elementos do Dolo	274
5. Espécies de dolo.....	275
5.1. Dolo direto de primeiro grau (determinado, intencional, incondicionado) e dolo indeterminado (indireto).....	275
5.2. Dolo de dano e dolo de perigo	276
5.3. Dolo genérico e dolo específico	277
5.4. Dolo geral (“dolus generalis”) ou erro sucessivo.....	277
5.5. Dolo antecedente, concomitante e subsequente	278
5.6. Dolo de propósito (ou refletido) e dolo de ímpeto (ou repentino)	278
5.7. “Dolus bonus” e “dolus malus”	279
5.8. “Dolus in re ipsa” ou dolo presumido.....	279
5.9. Dolo direto de segundo grau ou dolo de consequências necessárias	279
6. Dolo civil	280
7. Posição do Dolo na Teoria Geral do Crime.....	280
8. Dolo e Pena	280
9. O dolo nas contravenções penais	280
CRIME CULPOSO	283
1. Conceito e Elementos.....	283
1.1. Conduta inicial voluntária	284
1.2. Violação do dever de cuidado.....	284
1.3. Resultado involuntário	286
1.4. Nexo causal	286
1.5. Previsibilidade objetiva do resultado	287
1.6. Ausência de previsão	288
1.7. Tipicidade	288
2. Espécies de culpa	288
3. Culpa Presumida (ou “in re ipsa”)	289
4. Graus de Culpa	289
5. Compensação de Culpas	290
6. Concorrência de culpas	290
7. Caráter Excepcional do crime culposo	290
8. Causas de Exclusão da Culpa.....	291
9. A Culpabilidade nos crimes culposos	292
10. Crimes culposos de mera conduta	292
11. Crimes Culposos de Perigo.....	293

CRIME PRETERDOLOSO	295
1. “Versari in re illicita”	295
2. Conceito de crime preterdoloso ou preterintencional.....	295
ERRO DE TIPO	299
1. Conceito	299
2. Espécies	299
3. Efeitos	299
4. Erro de tipo e erro de fato	300
5. Erro determinado por terceiro	300
6. Discriminantes putativas	301
7. Erro acidental	302
7.1. Erro sobre o objeto	302
7.2. Erro sobre a pessoa	302
7.3. Erro sobre nexa causal	303
7.4. <i>Aberratio ictus</i>	303
7.5. <i>Aberratio delicti</i>	304
7.6. Erro sobre as qualificadoras	305
CRIME CONSUMADO	307
1. Conceito	307
2. Delito cometido e delito consumado. Importância de um e de outro	307
3. Condição objetiva de punibilidade	308
4. Crime exaurido (ou esgotado).....	309
5. A consumação nas diversas espécies de crimes	310
FASES DA REALIZAÇÃO DO CRIME	311
1. “Iter criminis”	311
2. Cogitação	311
3. Atos preparatórios.....	312
4. Atos executórios	312
5. Distinção entre atos preparatórios e de execução.....	313
6. A posição do perigo no “iter criminis”	315
TENTATIVA	317
1. Conceito	317
2. Natureza jurídica	317
3. Elementos da tentativa.....	318
4. Punibilidade da tentativa	319
5. Inadmissibilidade da tentativa	320
6. Tentativa perfeita e imperfeita	322
7. Tentativa branca (ou incruenta)	323
8. A compatibilidade da tentativa com o dolo eventual	323

DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ	327
1. Conceito e distinção	327
2. Fundamento	328
3. Natureza jurídica	328
4. Desistência voluntária	329
5. Arrependimento eficaz ou respiscência	331
6. A tentativa qualificada.....	332
7. A comunicabilidade da desistência voluntária e do arrependimento eficaz.....	333
ARREPENDIMENTO POSTERIOR OU PONTE DE PRATA	335
1. Conceito	335
2. Fundamento	335
3. Natureza jurídica	335
4. Requisitos	336
5. Comunicabilidade do art. 16 do Código Penal	337
6. Normas especiais sobre a reparação do dano	337
7. A Súmula 554 do STF.....	338
8. Arrependimento posterior e Arrependimento eficaz.....	338
DELITO PUTATIVO	339
1. Conceito e espécies.....	339
2. Delito putativo por erro de proibição ou erro de proibição invertido ou delito de alucinação.....	339
3. Delito putativo por erro de tipo invertido.....	340
4. Delito putativo por obra do agente provocador	340
4.1. Policial disfarçado	341
CRIME IMPOSSÍVEL	343
1. Conceito e terminologia	343
2. Espécies	343
3. Diferença entre crime impossível e tentativa.....	343
4. Crime impossível e crime putativo.....	344
5. Natureza jurídica do crime impossível	345
6. Teorias	345
7. Crime impossível por ineficácia absoluta do meio.....	346
8. Crime impossível por impropriedade absoluta do objeto	347
9. O delito de periculosidade	348
DA ANTIJURIDICIDADE	349
1. Conceito	349
2. Terminologia.....	350
3. Injusto.....	350
4. Caráter da antijuridicidade.....	351
5. Antijuridicidade genérica e específica.....	351
6. Causas de exclusão da ilicitude	352

7.	Causas supralegais de exclusão da ilicitude	353
7.1.	Princípio da adequação social	354
7.2.	Princípio da insignificância (ou da bagatela)	355
7.2.1.	Princípio da bagatela imprópria	356
7.2.2.	Infrações penais que não se submetem ao princípio da insignificância	356
7.2.3.	Competência para analisar o princípio da insignificância	356
7.2.4.	Distinção entre princípio da insignificância e princípio da lesividade	356
7.2.5.	Distinção entre princípio da insignificância e princípio da intervenção mínima	357
7.2.6.	Distinção entre princípio da intervenção mínima e infrações penais de menor potencial ofensivo	357
7.3.	Princípio do balanço dos bens ou da proporcionalidade	357
7.4.	Consentimento do ofendido	357
8.	Elementos objetivos e subjetivos das causas de exclusão da ilicitude	358
	ESTADO DE NECESSIDADE	361
1.	Conceito	361
2.	Natureza Jurídica	362
3.	Distinção entre estado de necessidade e legítima defesa	362
4.	Requisitos do estado de necessidade	363
4.1.	Perigo atual	363
4.2.	Ameaça a direito próprio ou alheio	364
4.3.	Perigo não provocado voluntariamente pelo agente	365
4.4.	Inexistência do dever legal de enfrentar o perigo	366
5.	O fato necessitado	367
6.	Causa de redução de pena	369
7.	Espécies de estado de necessidade	369
8.	Estado de necessidade recíproco	370
9.	Comunicabilidade do estado de necessidade	370
10.	Reação contra a agressão de inimputável	370
11.	Casos especiais de estado de necessidade	371
12.	Estado de necessidade exculpante	371
13.	Estado de necessidade contra coisas	372
	DA LEGÍTIMA DEFESA	373
1.	Fundamento	373
2.	Natureza Jurídica	373
3.	Conceito e Requisitos	374
4.	Agressão injusta, atual ou iminente	374
5.	Direito próprio ou alheio, atacado ou posto em perigo de agressão	375
6.	Reação com os meios necessários	376
7.	Uso moderado do meio	377

8. Provocação da agressão	378
9. Espécies de Legítima Defesa	378
10. Legítima defesa sucessiva.....	379
11. Legítima defesa recíproca.....	379
12. O delito culposo e a legítima defesa	380
13. Legítima defesa e “aberratio ictus”	380
14. Legítima defesa dos agentes de segurança pública	381
EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO.....	383
1. Introdução	383
2. Lesões em jogos esportivos.....	384
3. Intervenções médicas e cirúrgicas.....	384
4. Ofendículos ou ofendículas ou ofensículas	385
ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL.....	387
1. Conceito	387
DO EXCESSO PUNÍVEL	389
1. Considerações gerais	389
2. Conceito e espécies	389
3. Excesso intensivo e excesso extensivo	390
4. O excesso na legítima defesa	390
5. Quesitos sobre o excesso	391
6. O excesso no estado de necessidade	391
CULPABILIDADE	393
1. Introdução	393
2. Fundamento da culpabilidade.....	394
3. Conceito de culpabilidade	394
3.1. Teoria psicológica da culpabilidade.....	394
3.2. Teoria normativa da culpabilidade ou psicológico-normativa	395
3.3. Teoria normativa pura da culpabilidade ou extrema ou estrita.....	396
3.4. Teoria limitada da culpabilidade	397
4. Princípio da culpabilidade	398
5. Culpabilidade de ato e de autor.....	398
6. Culpabilidade	399
7. Culpabilidade às avessas	399
DA IMPUTABILIDADE.....	401
1. Conceito	401
2. Fundamento da imputabilidade.....	401
3. Imputabilidade e responsabilidade	402
4. Imputabilidade e capacidade	402
5. Causas de exclusão da imputabilidade.....	402
6. Sistemas de apuração da inimputabilidade	403

7.	Momento de aferição da imputabilidade.....	404
8.	Menoridade penal.....	404
9.	Inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	405
9.1.	Inimputabilidade por doença mental.....	405
9.2.	Inimputabilidade por desenvolvimento mental retardado.....	406
9.3.	Inimputabilidade por desenvolvimento mental incompleto.....	406
10.	Efeitos da inimputabilidade.....	407
11.	Imputabilidade diminuída ou restrita.....	407
12.	O sistema biopsicológico.....	409
DA EMBRIAGUEZ		411
1.	Conceito	411
2.	Alcoolismo agudo e alcoolismo crônico.....	411
3.	Fases da embriaguez.....	412
4.	Classificação da embriaguez.....	412
5.	A situação da embriaguez perante o código penal.....	412
6.	“Actio libera in causa”.....	413
7.	Embriaguez acidental.....	416
8.	Prova de embriaguez.....	416
A EMOÇÃO E A PAIXÃO		417
1.	Conceito	417
2.	Espécies.....	417
3.	Efeitos.....	417
4.	Outros efeitos.....	418
5.	Emoção ou paixão patológica.....	418
POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE		419
1.	Introdução.....	419
2.	Objetivo da consciência da ilicitude.....	419
ERRO DE PROIBIÇÃO		421
1.	Introdução.....	421
2.	Diferença entre erro de proibição e ignorância da lei.....	421
3.	Conceito de erro de proibição.....	422
4.	Distinção entre erro de tipo e erro de proibição.....	422
5.	Erro de proibição escusável e inescusável.....	423
6.	Espécies de erro de proibição.....	423
7.	Descriminantes ou eximentes putativas.....	424
8.	Erro de proibição e delito putativo por erro de proibição.....	425
9.	O erro de tipo que recai sobre a ilicitude.....	426
10.	Erro de compreensão.....	426

EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA.....	429
1. A exigibilidade de conduta diversa.....	429
2. Causas supralegais de exclusão da culpabilidade	430
COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL	433
1. Conceito e espécies de coação.....	433
2. Fundamento	434
3. Requisitos	434
4. Efeitos	436
5. Entorpecentes e sugestão hipnótica	436
6. Temor reverencial.....	436
7. Diferença entre estado de necessidade e coação moral irresistível	437
OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA	439
1. Conceito	439
2. Fundamento	439
3. Natureza jurídica	440
4. Requisitos da ordem legal	440
CONCURSO DE PESSOAS	443
1. Introdução	443
2. Concurso necessário e eventual.....	443
3. Autoria.....	444
4. Formas de concurso de pessoas.....	445
5. Autoria mediata.....	446
6. Requisitos do concurso de pessoas.....	448
6.1. Pluralidade de agentes culpáveis	448
6.2. Relevância causal das condutas	448
6.3. Vínculo subjetivo e normativo	449
6.4. Identidade de infrações penais para todos os agentes.....	451
7. Teorias da acessoriedade	452
8. Punibilidade.....	453
9. Da cooperação dolosamente distinta ou desvios subjetivos entre os agentes....	455
10. Participação impunível	457
11. Autoria colateral.....	457
12. Autoria incerta.....	458
13. Comunicabilidade das elementares e circunstâncias.....	459
14. Crime próprio	461
15. Casos de inadmissibilidade da coautoria	461

PARTE III

SANÇÃO PENAL.....	465
1. Conceito e espécies.....	465

2.	O princípio da intervenção mínima ou da necessidade	465
3.	O princípio da alteridade ou transcendentalidade	466
DAS PENAS		467
1.	Conceito	467
2.	Teorias	467
3.	A moderna visão do caráter preventivo das penas	468
4.	Fundamento da pena	468
5.	Finalidades da pena	469
6.	Princípios ou caracteres da pena	469
CLASSIFICAÇÃO DAS PENAS		473
1.	Classificação doutrinária	473
2.	Classificação constitucional das penas	474
3.	Classificação das penas de acordo com o Código Penal	474
4.	Classificação das penas quanto à sua aplicabilidade	474
DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE		475
1.	Conceito e espécies	475
2.	Regimes ou sistemas penitenciários	475
3.	Fixação do regime inicial da pena	475
3.1.	Pena de reclusão	476
3.2.	Pena de detenção	477
3.3.	Pena de prisão simples	477
3.4.	O réu reincidente	477
3.5.	Pluralidade de crimes	478
4.	Distinção entre as penas de reclusão e de detenção	479
5.	Delitos de regime fechado	479
6.	Características dos regimes	480
7.	Remição	483
8.	Progressão de regimes	486
8.1.	Percentuais de progressão de regime	486
8.2.	Progressão especial	490
9.	Súmula vinculante 56	491
10.	Execução provisória	493
11.	Regressão	495
12.	Detração	496
13.	Detração penal e sua influência no regime da pena	498
14.	Superveniência de doença mental	498
15.	Regime especial	499
16.	Direitos dos presos	499
17.	Regime disciplinar diferenciado (RDD)	499
PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS		505
1.	Conceito e espécies	505

2. Critérios para aplicação	506
3. Momento da substituição	509
4. Conversão.....	509
5. Prestação pecuniária	510
6. Perda de bens e valores	514
7. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	516
8. Limitação de fim de semana	517
9. Interdição temporária de direitos	517
DA PENA DE MULTA OU PENA PECUNIÁRIA.....	521
1. Conceito	521
2. A aplicação da pena de multa	521
3. Pagamento da multa	523
4. Destino da multa	523
5. Execução da pena de multa	524
6. Parcelamento	526
7. Prescrição da execução da pena de multa.....	527
8. Impossibilidade de conversão da multa em prisão.....	527
9. Conversão da multa em pena restritiva de direitos.....	527
10. Suspensão da execução da multa	528
11. Multa substitutiva ou vicariante.....	528
12. Distinção entre multa penal e multa administrativa.....	529
13. Distinção entre pena de multa e pena de prestação pecuniária	530
DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	531
1. Introdução	531
2. Duração da medida de segurança	532
3. Princípios	532
4. Pressupostos de aplicação.....	533
5. Periculosidade. Conceito e espécies	534
6. Espécies de medidas de segurança	534
7. Imposição de medida de segurança.....	535
8. Execução da medida de segurança	536
9. Superveniência de doença mental.....	537
DA COMINAÇÃO DAS PENAS.....	539
1. Generalidades.....	539
APLICAÇÃO DA PENA.....	541
1. Conceito e pressupostos	541
2. Elementares e circunstâncias	541
3. Classificação das circunstâncias	542
4. Diferenças entre agravantes genéricas e causas de aumento de pena	542
5. Diferenças entre atenuantes genéricas e causas de diminuição de penas.....	542
6. Diferenças entre causas de aumento de penas e qualificadoras.....	543

7.	A técnica de aplicação da pena	543
8.	A fixação da pena-base	545
9.	Circunstâncias agravantes	553
9.1.	Motivo fútil ou torpe.....	555
9.2.	Crime cometido para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime.....	555
9.3.	Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulta ou torna impossível a defesa da vítima	556
9.4.	Emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum	556
9.5.	Crime cometido contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge	557
9.6.	Abuso de autoridade e relações domésticas	557
9.7.	Abuso de poder.....	558
9.8.	Criança, idoso, enfermo ou mulher grávida.....	558
9.9.	Proteção da autoridade.....	559
9.10.	Calamidade pública ou desgraça particular	559
9.11.	Embriaguez preordenada	559
10.	Circunstâncias atenuantes.....	559
10.1.	Menor de 21 anos e maior de 70 anos	560
10.2.	Desconhecimento da lei.....	561
10.3.	Motivo de relevante valor moral ou social	561
10.4.	Arrependimento ou reparação do dano	561
10.5.	Coação resistível, obediência hierárquica e violenta emoção	562
10.6.	Confissão espontânea	562
10.7.	Multidão em tumulto.....	564
11.	Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes.....	565
12.	Causas de aumento ou majorantes e de diminuição ou minorantes de penas	566
	REINCIDÊNCIA.....	569
1.	Conceito e pressuposto.....	569
2.	Fundamento	570
3.	Natureza jurídica	570
4.	Efeitos da reincidência.....	570
5.	Espécies.....	571
6.	Crimes militares e políticos	571
7.	A duração da condenação anterior para efeito de reincidência	572
8.	Primário, reincidente e tecnicamente primário	573
	CONCURSO DE CRIMES	575
1.	Conceito	575
2.	Espécies	575
3.	Sistemas de aplicação da pena.....	575
4.	Concurso material	576
5.	Concurso formal	577

6. Crime continuado.....	579
7. Multas no concurso de crimes	584
8. Limite das penas.....	585
9. Concurso de crimes e contravenção	587
10. Concurso de crimes e transação penal	587
SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	589
1. Introdução	589
2. Sistemas.....	589
3. Conceito e natureza jurídica.....	590
4. Espécies	591
5. Momento da concessão do “sursis”	591
6. Requisitos	592
7. Condições	594
8. Período de prova	595
9. Fiscalização do “sursis”	595
10. Revogação	596
11. Cassação	598
12. “Sursis” sucessivos e simultâneos	598
13. Prorrogação do período de prova	599
14. Extinção da pena	599
15. Coisa julgada.....	600
16. O “sursis” ao estrangeiro.....	600
17. O “sursis” e os direitos políticos.....	600
SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO	601
1. Conceito	601
2. Norma geral.....	601
3. Vedação	601
4. Requisitos	602
5. Pena mínima.....	602
6. Natureza jurídica	603
7. Momento da concessão do benefício	603
8. Recursos	604
9. Período de prova	605
10. Extinção da punibilidade	605
11. Vedação da concessão de ofício.....	606
12. Crimes de ação penal privada	606
13. Efeitos	607
14. Condições	607
15. Revogação	608
16. Prorrogação	608
17. Distinção entre o “sursis” processual e o “sursis” do código penal.....	609
18. Distinção entre o “sursis” processual e o “sursis” inglês	609

LIVRAMENTO CONDICIONAL	611
1. Conceito	611
2. Natureza jurídica	611
3. Distinção entre livramento condicional e “sursis”	611
4. Requisitos	612
5. Processamento do pedido de livramento	614
6. Livramento condicional e execução provisória	615
7. Livramento condicional humanitário	615
8. Período de prova e condições	615
9. Revogação obrigatória do livramento (art. 86)	616
10. Revogação facultativa (art. 87)	617
11. Suspensão do livramento condicional	618
12. Prorrogação do período de prova	618
13. A súmula 617 do STJ e a prorrogação não automática do livramento condicional...	619
14. Distinção entre suspensão e prorrogação do livramento condicional	620
15. Extinção da pena	620
16. Livramento condicional em favor de estrangeiro	620
EFEITOS DA CONDENAÇÃO	621
1. Conceito de condenação	621
2. Classificação dos efeitos da condenação	621
3. Efeitos principais	621
4. Efeitos secundários	622
5. Efeitos penais secundários	622
6. Efeitos extrapenais da condenação	622
7. A reparação civil do dano	623
8. Confisco	626
9. Perda do patrimônio incompatível com o rendimento lícito	629
10. Perda dos instrumentos utilizados para a prática de crimes por organizações criminosas e milícias	631
11. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo	633
12. Incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela	635
13. Inabilitação para dirigir veículo	636
REABILITAÇÃO	637
1. Conceito	637
2. A reabilitação e o sigilo das condenações	637
3. A reabilitação e os efeitos secundários da condenação	638
4. Requisitos	638
5. Processamento da reabilitação	639
6. A reabilitação e a reincidência	639
AÇÃO PENAL	641
1. Conceito	641

2. Fundamento	641
3. Posição da matéria	641
4. A ação penal pública	642
5. A Ação penal privada.....	642
6. Litisconsórcio ativo.....	643
7. Ação penal no crime complexo	643
DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	647
1. Conceito de punibilidade	647
2. O rol do art. 107 do CP	648
3. Efeitos.....	648
4. Crimes acessórios, complexos e conexos	649
MORTE DO AGENTE.....	653
1. Generalidades.....	653
2. Prova.....	653
3. Revisão Criminal	654
DA ANISTIA, GRAÇA E INDULTO	655
1. Generalidades.....	655
2. Anistia.....	655
3. Indulto e graça.....	657
PERDÃO JUDICIAL.....	659
1. Conceito	659
2. Natureza jurídica	659
3. Efeitos.....	660
4. Distinção entre perdão judicial e escusa absolutória.....	660
5. Distinção entre perdão judicial e perdão do ofendido	661
RETRATAÇÃO DO AGENTE	663
1. Conceito	663
2. Natureza jurídica	663
3. Oportunidade	663
4. Requisitos	663
RENÚNCIA E PERDÃO DO OFENDIDO	665
1. Renúncia.....	665
2. Perdão do ofendido.....	666
DECADÊNCIA.....	669
1. Conceito	669
2. Natureza jurídica	669
3. Prazos decadenciais.....	669
4. Contagem do prazo	670
5. Titularidade do direito de queixa ou representação.....	670

PEREMPÇÃO	673
1. Conceito	673
2. Natureza jurídica	673
3. Causas de perempção	673
PRESCRIÇÃO.....	675
1. Conceito	675
2. Fundamento	675
3. Delitos imprescritíveis	676
4. Espécies de prescrição	676
5. Natureza jurídica	677
5.1. Efeitos.....	677
6. A posição da prescrição na teoria geral do direito.....	677
7. Distinção entre prescrição e decadência.....	678
8. Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita ou prescrição da ação	679
8.1. Forma de contagem	679
8.2. Prescrição das penas restritivas de direitos	682
8.3. Termo inicial	682
8.4. Períodos prescricionais.....	683
8.5. Impedimento e suspensão da prescrição.....	683
8.6. Outras causas de impedimento e suspensão punitiva.....	686
8.7. Interrupção da prescrição	687
8.8. Comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva.....	689
8.9. Prescrição da pretensão executória ou prescrição da condenação	689
8.9.1. Forma de contagem	689
8.10. Termo inicial	690
8.11. Interrupção da prescrição “executória” (art. 117, V e VI, do CP).....	691
8.12. Incomunicabilidade da interrupção	691
8.13. Causa impeditiva da prescrição executória.....	691
8.14. A superveniência de doença mental.....	692
9. Prescrição superveniente ou intercorrente.....	692
9.1. Forma de contagem	692
9.2. Termo inicial	692
9.3. Modos de ocorrência	692
10. Prescrição retroativa	693
10.1. Forma de contagem	693
10.2. Termos iniciais	693
10.3. Pressuposto	694
10.4. Momento da decretação.....	694
10.5. Prescrição antecipada ou virtual ou retroativa em perspectiva	694
11. A prescrição da pena de multa.....	695
11.1. Prescrição Punitiva Propriamente dita.....	695
11.2. Prescrição Executória, Superveniente e Retroativa.....	695

11.3. Causas Suspensivas e Interruptas	695
12. Prescrição no concurso de crimes	696
13. Prescrição e medida de segurança	696
14. A prescrição nos crimes falimentares.....	697
15. Prescrição no crime de porte ou plantio de drogas para consumo próprio	698

PARTE ESPECIAL

INTRODUÇÃO.....	701
1. Parte geral e parte especial.....	701
2. O sistema da classificação dos crimes.....	702
3. Teoria geral da parte especial	702

TÍTULO I

CRIMES CONTRA A PESSOA.....	705
1. Considerações gerais	705
2. Pessoa física e pessoa jurídica.....	705

CRIMES CONTRA A VIDA	707
1. Os crimes contra a vida no direito penal brasileiro	707
2. Competência para julgamento dos crimes contra a vida	707
3. Proibição da pena de morte.....	709
4. A relatividade do direito à vida	710
5. Indisponibilidade do direito à vida.....	710
6. Homicídio	710
7. Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação	745
8. Infanticídio.....	756
9. Aborto	762
10. Lesão corporal	777

CRIMES DE PERIGO PARA A VIDA E A SAÚDE.....	807
1. Perigo de contágio venéreo.....	810
2. Perigo de contágio de moléstia grave	815
3. Perigo para a vida ou saúde de outrem	818
4. Abandono de incapaz	822
5. Exposição ou abandono de recém-nascido.....	826
6. Omissão de socorro.....	829
7. Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial	837
8. Maus-tratos	840

RIXA.....	847
1. Sistemas de punição da rixa quando resulta morte ou lesão grave.....	847
2. Objetividade jurídica	848
3. Conceito	848

4. Sujeito ativo.....	848
5. Sujeito passivo.....	849
6. Elementos objetivos do tipo.....	849
7. Elemento subjetivo do tipo	851
8. Consumação	851
9. Tentativa	851
10. Rixa e legítima defesa.....	851
11. Rixa qualificada.....	852
12. Rixa qualificada e responsabilidade objetiva	853
13. Concurso de crimes	854
14. Rixa qualificada e autoria incerta	854
15. Ação penal.....	855
CRIMES CONTRA A HONRA	857
1. Conceito	857
2. Disponibilidade do bem jurídico tutelado.....	858
3. Calúnia.....	858
4. Difamação (art. 139 do CP)	864
5. Injúria	868
6. Disposições comuns aos crimes contra a honra	878
7. Crimes contra a honra cometidos em redes sociais da internet.....	880
8. Exclusão do crime.....	882
9. Retratação	886
10. Pedido de explicação em juízo	888
11. Ação penal (CP, art. 145)	889
12. Procedimento nos crimes contra a honra	891
CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL.....	895
1. Conceito	895
2. Caráter sancionatório do direito penal	896
3. Caráter subsidiário dos delitos contra a liberdade individual.....	896
4. Dos crimes contra a liberdade pessoal.....	897
4.1. Constrangimento ilegal	897
4.2. Ameaça.....	905
4.3. Delito de perseguição ou <i>stalking</i>	910
4.4. Violência psicológica contra a mulher.....	922
4.5. Sequestro ou cárcere privado	930
4.6. Redução a condição análoga à de escravo	936
4.7. Tráfico de pessoas	943
5. Violação de domicílio	946
6. Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência.....	955
6.1. Violação de correspondência fechada	956
6.2. Aposamento de correspondência para sonegação ou destruição.....	961
6.3. Instalação ou utilização ilegal de estação ou aparelho radioelétrico.....	963

6.4. Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica.....	964
6.5. Impedimento de comunicação ou conversação.....	966
6.6. Correspondência comercial.....	967
7. Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos	968
7.1. Divulgação de segredo	970
7.2. Violação de segredo profissional	974
7.3. Invasão de dispositivo informático.....	985

TÍTULO II

CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	991
1. Conceito de patrimônio.....	991
2. Os crimes contra o patrimônio e sua relação com a usucapião	991
3. Furto	992
4. Furto de coisa comum.....	1018
5. Roubo	1020
6. Extorsão.....	1035
7. Extorsão mediante sequestro.....	1046
8. Extorsão indireta	1052
9. Usurpação.....	1055
9.1. Alteração de limites	1055
9.2. Usurpação de águas	1057
9.3. Esbulho possessório	1058
9.4. Supressão ou alteração de marcas em animais	1060
10. Crime de dano.....	1062
11. Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia.....	1068
12. Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico	1070
13. Alteração de local especialmente protegido.....	1070
14. Apropriação indébita.....	1071
15. Apropriação indébita previdenciária – art. 168-A, CP	1076
16. Apropriação de coisa havida por erro	1080
17. Apropriação de coisa havida por caso fortuito ou força da natureza	1081
18. Apropriação de tesouro.....	1081
19. Apropriação de coisa achada	1083
20. Apropriação indébita privilegiada	1085
21. Estelionato.....	1085
22. Duplicata simulada	1111
23. Abuso de incapazes	1116
24. Induzimento à especulação	1118
25. Fraude no comércio.....	1120
26. Outras fraudes.....	1123
27. Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações	1126
28. Emissão irregular de conhecimento de depósito ou “warrant”	1136
29. Fraude de execução.....	1138

30. Receptação	1140
31. Imunidades nos crimes contra o patrimônio	1153

TÍTULO III

DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL	1157
1. Violação de direitos autorais	1157

TÍTULO IV

CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	1167
1. Introdução	1167
2. Crimes que representam espécie de constrangimento ilegal	1167
3. Crimes relacionados com a paralisação de trabalho	1170
4. Crimes relacionados à frustração de direitos	1172
5. Exercício de atividade com infração de decisão administrativa	1173
6. Crimes relacionados a aliciamento de trabalhadores	1174

TÍTULO V

CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS	1177
1. Introdução	1177
2. Crimes contra o sentimento religioso	1178
2.1. Aspectos gerais	1178
2.2. Escárnio por motivo religioso	1178
2.3. Impedimento ou perturbação de cerimônia ou culto religioso	1179
2.4. Vilipêndio público a ato ou objeto de culto religioso	1180
3. Crimes contra o respeito aos mortos	1181
3.1. Impedimento ou perturbação de enterro ou cerimônia funerária	1181
3.2. Violação de sepultura ou urna funerária	1183
3.3. Destruição, subtração ou ocultação de cadáver	1184
3.4. Vilipêndio a cadáver	1186

PARTE ESPECIAL

TÍTULO VI

CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	1189
1. Introdução	1189
2. Crimes contra a liberdade sexual	1190
2.1. Estupro	1191
2.2. Violação sexual mediante fraude	1200
2.3. Importunação sexual	1203

2.4.	Assédio sexual	1206
2.5.	Registro não autorizado da intimidade sexual	1209
3.	Crimes sexuais contra vulnerável	1211
3.1.	Estupro de vulnerável.....	1212
3.2.	Mediação para satisfazer a lascívia de outrem	1216
3.3.	Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente	1219
3.4.	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável	1221
3.5.	Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia	1227
4.	Disposições gerais	1230
4.1.	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	1230
4.2.	Causas de aumento de pena do art. 226	1233
4.3.	Causas de aumento de pena do art. 234-A do CP	1236
4.4.	Segredo de justiça	1237
5.	Lenocínio	1238
5.1.	Mediação para servir a lascívia alheia	1239
5.2.	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual.....	1242
5.3.	Estabelecimento de exploração sexual	1246
5.4.	Rufianismo.....	1249
5.5.	Promoção de migração ilegal	1252
6.	Ultraje público ao pudor	1256
6.1.	Ato obsceno.....	1256
6.2.	Escrito ou objeto obsceno.....	1258

TÍTULO VII

CRIMES CONTRA A FAMÍLIA.....	1265	
1.	Introdução	1265
2.	Divisão	1265
3.	Crimes contra o casamento.....	1266
3.1.	Bigamia	1266
3.2.	Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento	1271
3.3.	Conhecimento prévio de impedimento	1275
3.4.	Simulação de autoridade para celebração de casamento	1276
3.5.	Simulação de casamento	1278
4.	Crimes contra o estado de filiação.....	1280
4.1.	Registro de nascimento inexistente	1280
4.2.	Parto suposto	1282
4.3.	Registrar como seu o filho de outrem	1285
4.4.	Ocultação ou substituição de recém-nascido	1286
4.5.	Sonegação de estado de filiação.....	1288
5.	Crimes contra a assistência familiar	1291
5.1.	Abandono material.....	1291

5.2.	Entrega de filho menor a pessoa inidônea	1298
5.3.	Abandono intelectual	1302
5.4.	Abandono moral	1306
6.	Crimes contra o poder familiar, tutela e curatela	1309
6.1.	Introdução	1309
6.2.	Modalidades Criminosas	1310
6.3.	Induzimento a fuga	1310
6.4.	Entrega arbitrária	1312
6.5.	Sonegação de incapazes	1313
6.6.	Subtração de incapazes	1314

TÍTULO VIII

CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA.....	1317	
1.	Considerações iniciais.....	1317
2.	Crimes de perigo comum	1317
2.1.	Considerações iniciais e características comuns	1317
2.2.	Incêndio.....	1319
2.3.	Explosão	1321
2.4.	Uso de gás tóxico ou asfixiante	1322
2.5.	Fabrico, fornecimento, aquisição posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante	1323
2.6.	Inundação.....	1324
2.7.	Perigo de inundação.....	1325
2.8.	Desabamento ou desmoronamento	1326
2.9.	Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento.....	1326
2.10.	Formas qualificadas de crime de perigo comum	1327
2.11.	Difusão de doença ou praga.....	1328
3.	Crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos	1329
3.1.	Considerações iniciais.....	1329
3.2.	Perigo de desastre ferroviário.....	1329
3.3.	Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo ...	1331
3.4.	Atentado contra a segurança de outro meio de transporte	1333
3.5.	Forma qualificada.....	1334
3.6.	Arremesso de projétil.....	1335
3.7.	Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública	1337
3.8.	Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública	1338
4.	Crimes contra a saúde pública	1340
4.1.	Características Gerais	1340
4.2.	Epidemia.....	1341
4.3.	Infração de medida sanitária preventiva	1343

4.4. Omissão de notificação de doença	1344
4.5. Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal	1344
4.6. Corrupção ou poluição de água potável	1347
4.7. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios	1348
4.8. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	1349
4.9. Emprego de processo proibido ou de substância não permitida	1351
4.10. Invólucro ou recipiente com falsa indicação	1352
4.11. Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores	1353
4.12. Substância destinada à falsificação	1354
4.13. Outras substâncias nocivas à saúde pública	1355
4.14. Medicamento em desacordo com receita médica	1356
4.15. Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica	1357
4.16. Charlatanismo	1358
4.17. Curandeirismo	1360
4.18. Causas comuns de aumento de pena	1362

TÍTULO IX

CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA	1363
1. Introdução	1363
2. Incitação ao crime	1363
3. Apologia de crime ou criminoso	1366
4. Associação criminosa	1368
5. Constituição de milícia privada	1374

TÍTULO X

CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	1379
1. Teoria geral dos crimes de falso	1379
2. Moeda falsa	1383
3. Crimes assimilados ao de moeda falsa	1392
4. Petrechos para falsificação de moeda	1395
5. Emissão de título ao portador sem permissão legal	1397
6. Falsificação de papéis públicos	1399
7. Petrechos de falsificação	1407
8. Falsidade documental	1409
8.1. Teoria geral	1409
8.2. Falsidade do selo ou sinal público	1415
8.3. Falsidade material de documento público e particular (arts. 297 e 298)	1419
8.4. Falsidade ideológica	1423

8.5. Falso reconhecimento de firma ou letra	1426
8.6. Certidão ou atestado ideologicamente falso	1428
8.7. Falsidade de atestado médico	1431
8.8. Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica	1433
8.9. Uso de documento falso	1433
8.10. Supressão de documento.....	1436
8.11. Falsificação do sinal empregado no contraste do metal precioso ou na fiscalização alfandegária ou para outros fins.....	1438
8.12. Falsa identidade	1440
8.13. Uso de documentos de identidade alheia	1443
8.14. Fraude de lei sobre estrangeiro (1).....	1445
8.15. Fraude de lei sobre estrangeiro (2).....	1447
8.16. Adulteração de sinal identificador de veículo automotor	1449
8.17. Fraude em certames de interesse público.....	1453

TÍTULO XI

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1459
1. Introdução e classificação	1459
2. Progressão de regimes	1460
3. Princípio da insignificância	1460
4. Crimes praticados por funcionário público contra a administração pública.....	1460
4.1. Classificação	1460
4.2. Rol dos crimes funcionais.....	1461
4.3. Procedimento especial.....	1461
4.4. Aprovação das contas pelo Tribunal de Contas. Absolvição penal	1461
4.5. Efeito da condenação.....	1462
4.6. Conceito de funcionário público para fins penais.....	1462
4.7. O concurso de pessoas nos crimes funcionais.....	1465
4.8. Peculato.....	1466
4.9. Peculato mediante erro de outrem.....	1474
4.10. Inserção de dados falsos em sistemas de informações	1476
4.11. Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.....	1477
4.12. Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento.....	1478
4.13. Emprego irregular de verbas ou rendas públicas.....	1479
4.14. Concussão	1479
4.15. Excesso de exação	1482
4.16. Corrupção passiva	1485
4.17. Facilitação de contrabando ou descaminho.....	1495
4.18. Prevaricação	1496
4.19. Prevaricação imprópria	1499
4.20. Condescendência criminosa.....	1501
4.21. Advocacia administrativa	1502

4.22. Crime de violência arbitrária.....	1504
4.23. Abandono de função.....	1506
4.24. Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado	1509
4.25. Violação de sigilo funcional.....	1510
4.26. Violação do sigilo de proposta de concorrência	1513
5. Crimes praticados por particular contra a administração pública	1513
5.1. Introdução	1513
5.2. Usurpação de função pública.....	1514
5.3. Resistência.....	1515
5.4. Desobediência.....	1520
5.5. Desacato.....	1524
5.6. Tráfico de influência	1529
5.7. Corrupção ativa	1532
5.8. Contrabando ou descaminho.....	1536
5.9. Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência.....	1540
5.10. Inutilização de edital ou de sinal.....	1541
5.11. Subtração ou inutilização de livro ou documento.....	1542
5.12. Sonegação de contribuição previdenciária	1543
6. Dos crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira	1547
6.1. Introdução	1547
6.2. Funcionário público estrangeiro.....	1547
6.3. Corrupção ativa em transação comercial internacional.....	1548
6.4. Tráfico de influência em transação comercial internacional	1550
7. Dos crimes em licitações e contratos administrativos	1550
7.1. Contratação direta ilegal	1552
7.2. Frustração do caráter competitivo de licitação.....	1555
7.3. Patrocínio de contratação indevida.....	1557
7.4. Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo.....	1559
7.5. Perturbação de processo licitatório	1563
7.6. Violação de sigilo em licitação	1565
7.7. Afastamento de licitante	1568
7.8. Fraude em licitação ou contrato	1572
7.9. Contratação inidônea	1577
7.10. Impedimento indevido.....	1582
7.11. Omissão grave de dado ou de informação por projetista.....	1585
8. Crimes contra a administração da justiça	1588
8.1. Introdução	1588
8.2. Reingresso de estrangeiro expulso.....	1588
8.3. Denúnciação caluniosa.....	1589
8.4. Comunicação falsa de crime ou de contravenção.....	1597
8.5. Autoacusação falsa.....	1599
8.6. Falso testemunho ou falsa perícia.....	1600

8.7.	Corrupção ativa de testemunha ou perito.....	1607
8.8.	Coação no curso do processo.....	1610
8.9.	Exercício arbitrário das próprias razões (art. 345 do CP).....	1612
8.10.	Exercício arbitrário das próprias razões (art. 346 do CP).....	1615
8.11.	Fraude processual.....	1616
8.12.	Favorecimento pessoal.....	1619
8.13.	Favorecimento real.....	1622
8.14.	Favorecimento real impróprio.....	1626
8.15.	Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança.....	1628
8.16.	Evasão mediante violência contra pessoa.....	1631
8.17.	Arrebatamento de preso.....	1632
8.18.	Motim de presos.....	1633
8.19.	Patrocínio infiel.....	1634
8.20.	Sonegação de papel ou objeto de valor probatório.....	1637
8.21.	Exploração de prestígio.....	1638
8.22.	Violência ou fraude em arrematação judicial.....	1639
8.23.	Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito.....	1641
9.	Crimes contra as finanças públicas.....	1643
9.1.	Considerações gerais.....	1643
9.2.	Contratação de operação de crédito.....	1643
9.3.	Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar.....	1646
9.4.	Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura.....	1647
9.5.	Ordenação de despesa não autorizada.....	1649
9.6.	Prestação de garantia graciosa.....	1650
9.7.	Não cancelamento de restos a pagar.....	1651
9.8.	Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura.....	1652
9.9.	Oferta pública ou colocação de títulos no mercado.....	1654
	BIBLIOGRAFIA.....	1657